



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 130ª Reunião Ordinária

19 de maio de 2026

1 No dia 19 de maio de 2026, em terceira e última convocação, integrantes do Conselho Municipal dos
2 Direitos das Mulheres de Londrina (CMDM) reuniram-se para a 130ª Reunião Ordinária do CMDM - Gestão
3 2022/2026. A reunião foi realizada de forma presencial no Auditório da Secretaria Municipal de Políticas
4 para as Mulheres, sito à Rua Assunção, 189, sala 6. Conforme Ofício Circular 005/2026-CMDM a reunião
5 teve a seguinte proposta de pauta: 1) Apresentação e aprovação da pauta; 2) Aprovação da ata da reunião
6 ordinária de 28/04/26 (leitura prévia); 3) Correspondências recebidas e expedidas (leitura prévia); 4)
7 Aprovação do Plano de Aplicação da Deliberação 15/2025-CEDM/PR - Estruturação da Gestão e da Rede de
8 Proteção e Defesa de Direitos da Mulher – Capital; 5) Aprovação do Plano de Aplicação da Deliberação
9 07/2026-CEDM/PR - Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da Mulher –
10 Custeio; 6) Relatório de acompanhamento das obras de implantação do Complexo da Mulher Londrinense
11 (Casa da Mulher Paranaense e ampliação e reforma do novo CAM); 7) Maio Furta Cor - Morgana
12 Klingelfuss; 8) Nota de apoio às cotas Trans na UEL – leitura e aprovação; 9) Encaminhamentos da reunião
13 da Comissão do CMDM com a Secretária da Mulher; 10) Balanço em saúde das mulheres e
14 encaminhamentos para as Conferências Municipais das Mulheres e da Saúde - Comissão de Saúde da
15 Mulher; 11) Informes: a) Participação das conselheiras nas pré-conferências; b) GT de Combate à
16 Discriminação Étnico-Racial do MP – Sueli/Thyara Kalahan; c) Participação da SMPM no volume 2 do livro
17 digital Paraná Unido Pelas Mulheres (SEMIPI), com o artigo “Sala da Mulher Empreendedora de Londrina:
18 Autonomia e Protagonismo Feminino”; d) Ação Ônibus Lilás – 07/08/2026 – 20 anos da Lei Maria da
19 Penha; e) Outros (se houver). **Conselheiras(os) presentes:** Fernanda Serenário, Rosângela Portella Teruel,
20 Mariluci Queiroz dos Santos, Priscila Alexandra Colmiran, Daisy Amanda de Oliveira Menck, Kathia Regina
21 Galdino de Godoy, Carla Adriana Casaca, Osvaldo de Souza Campos Junior, Deny Hideky Arasaki,
22 Pushpamary Susaiappan, Sueli Galhardi, Elaine Ferreira Galvão, Elza Pereira Correia, Edimara Alves, Ursula
23 Boreal Lopes Brevilheri, Marselle Nobre de Carvalho, Martha Celia Ramirez Galvez. **Ausências justificadas:**
24 Graziella Santana Damante, Neli Alves de Oliveira Camargo, Suely Marlene Teodoro Rodrigues. **Outras(os)**
25 **participantes:** Morgana Roa Klingelfuss, Marjorie Ostrowski, Miriam Cristina Fava (Hafura), Amanda
26 Degasperi (Assessora do Gabinete do Prefeito). A Presidenta, Sueli Galhardi, abriu a reunião às 08 horas e
27 37 minutos, cumprimentando às pessoas presentes e solicitando que se apresentassem. **1) Apresentação e**
28 **aprovação da pauta:** Realizada a leitura e questionada a plenária, não havendo objeções, pauta aprovada.
29 **2) Aprovação da ata da reunião ordinária de 24/02/26 (leitura prévia):** Fernanda explica que não teve
30 tempo hábil para confeccionar a ata de abril e solicita à plenária que seja aprovada posteriormente.
31 Solicitação aceita. **3) Correspondências recebidas e expedidas (leitura prévia):** idem ao item 2 da pauta.
32 Rosângela inicia a apresentação dos itens 4, 5 e 6, conforme segue. **4) Aprovação do Plano de Aplicação**
33 **da Deliberação 15/2025-CEDM/PR - Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos**
34 **da Mulher – Capital:** Rosângela apresentou proposta de aplicação dos recursos referentes à Deliberação
35 nº 15/2025-CEDM/PR – Capital, no valor de R\$ 160.000,00, com vigência até novembro de 2027, destinada
36 à estruturação da SMPM (Gabinete, Serviços e CMDM). Registrou que a adesão ao referido recurso foi
37 aprovada pelo Conselho na reunião de 11 de novembro de 2025, conforme Resolução CMDM nº 015/2025.
38 Na sequência, foi apresentada a proposta preliminar de aquisição de bens, exemplificando algumas
39 demandas como móveis, equipamentos, eletrodomésticos e parquinho infantil/academia ao ar livre para a
40 Casa Abrigo Canto de Dália; mobiliários diversos; barracas, mesas, cadeiras e backdrop para a utilização em
41 eventos; equipamentos de informática e audiovisual, entre outros. Após a apresentação, a proposta foi



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 130ª Reunião Ordinária

19 de maio de 2026

42 discutida e aprovada pelas conselheiras, ressaltando que todos os itens de capital a serem adquiridos com
43 os recursos da Deliberação nº 15/2025-CEDM/PR devem respeitar a finalidade específica de estruturação
44 da gestão e da rede de proteção e defesa de direitos da mulher. **5) Aprovação do Plano de Aplicação da**
45 **Deliberação 07/2026-CEDM/PR - Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa de Direitos da**
46 **Mulher – Custeio**: Rosângela apresentou proposta de aplicação dos recursos referentes à Deliberação nº
47 07/2026-CEDM/PR – Custeio, no valor de R\$ 255.000,00, com vigência até fevereiro de 2028, destinada ao
48 aprimoramento e à ampliação dos serviços, programas e projetos da SMPM (Gabinete, Serviços e CMDM).
49 Registrou que a adesão ao referido recurso foi aprovada pelo Conselho na reunião de 24 de fevereiro de
50 2026, conforme Resolução CMDM nº 001/2026. Na sequência, foi apresentada a proposta de utilização
51 dos recursos, exemplificando algumas demandas como a colocação de paver na área externa da Casa
52 Abrigo Canto de Dália e outros materiais de consumo para melhoria do serviço de acolhimento, aquisição
53 de banner e material gráfico, contratação de coffee-break, cursos de capacitação e qualificação
54 profissional para mulheres, custeio da participação de conselheiras municipais, representantes da
55 sociedade civil e do poder público, em reuniões, visitas técnicas e eventos relacionados às políticas
56 públicas para as mulheres; licenças de informática e afins, entre outros. Marselle questionou se os cursos
57 de capacitação contemplariam a oferta de alimentação às participantes. Em resposta, foi esclarecido que
58 os cursos de qualificação profissional normalmente contratados possuem curta duração e carga horária
59 reduzida, razão pela qual não há necessidade de disponibilização de alimentação, sendo suficiente, quando
60 cabível, a oferta de coffee break. Também foi lembrado que a ação voltada às lideranças comunitárias,
61 para a qual está prevista a oferta de coffee break, já se encontra contemplada por meio da Emenda
62 Parlamentar da Deputada Lenir de Assis. Kátia questionou se será disponibilizado transporte e Rosângela
63 esclareceu que a SMPM já faz a distribuição de vale transporte para as mulheres que informam essa
64 necessidade. Após a apresentação e finalizadas as considerações, a proposta foi aprovada pelas
65 conselheiras, ressaltando que todos os itens de custeio a serem adquiridos com os recursos da Deliberação
66 nº 07/2026-CEDM/PR devem respeitar a finalidade específica de estruturação da gestão e da rede de
67 proteção e defesa de direitos da mulher. **6) Relatório de acompanhamento das obras de implantação do**
68 **Complexo da Mulher Londrinense (Casa da Mulher Paranaense e ampliação e reforma do novo CAM)**:
69 Rosângela informou que foi iniciado o processo licitatório para construção da Casa da Mulher Paranaense
70 com previsão do Edital ser publicado em julho, com valor de R\$ 3.259.858,67, sendo R\$ 2.150.000,00
71 repassados pelo Estado e R\$ 1.109.858,67 de contrapartida do Município. No que se refere à ampliação e
72 reforma da edificação existente para o novo CAM, todos os projetos e informações já foram encaminhados
73 ao Paranacidade e o processo está aguardando a autorização para licitar, totalizando um investimento de
74 R\$ 2.052.370,69, sendo R\$ 1.000.000,00 repassados pelo Estado e R\$ 1.052.370,69 de contrapartida do
75 Município. **7) Maio Furta Cor - Morgana Klingelfuss**: a convidada, Morgana Roa Klingelfuss, é
76 Psicopedagoga e Educadora Parental certificada pela Positive Discipline Association (PDA), método que
77 propõe uma ensinar ferramentas baseadas em pesquisas para uma disciplina "gentil e firme", sem
78 punições ou permissividade. Junto com a convidada estava Marjorie Ostrowski, que também atua com a
79 questão da maternidade real e saúde mental materna. Morgana e Marjorie iniciam citando a Lei Municipal
80 13.464/2022, que instituiu na cidade de Londrina o mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de
81 conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna. Em seguida explicou que a
82 campanha intitulada Maio Furta-Cor é um movimento nacional sem fins lucrativos dedicado à



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 130ª Reunião Ordinária

19 de maio de 2026

83 conscientização e ao cuidado da saúde mental materna. Londrina, no entanto, apesar da lei municipal, não
84 definiu se vai aderir formalmente à Campanha nacional ou se realizará ações independentes. Morgana
85 relatou que gostaria de ver a saúde mental materna como política pública efetiva. Segundo ela, 25% das
86 gestantes e 30% das puérperas têm sintomas de depressão, mas, apesar destes dados, essas mulheres
87 seguem invisibilizadas. Marselle comenta que Londrina não dispõe de Práticas Integrativas e
88 Complementares em Saúde (PICS) direcionadas à saúde da mulher. As PICS são reconhecidas e ofertadas
89 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dizem respeito a abordagens terapêuticas que buscam
90 promover a prevenção de doenças, a recuperação da saúde e o bem-estar de forma integral, considerando
91 os aspectos físicos, emocionais, mentais, sociais e espirituais da pessoa. Neste sentido, Marselle frisa que a
92 discussão de saúde mental é feita a partir da doença e não da prevenção. Priscilla informa que a Secretaria
93 de Saúde promoverá uma capacitação sobre saúde mental materna destinada às(aos) suas(seus)
94 servidoras(es). Após os questionamentos e considerações da plenária, todas(os) agradecem às convidadas
95 e passamos ao ponto de pauta seguinte. **8) Nota de apoio às cotas Trans na UEL – leitura e aprovação:**
96 Úrsula realizou a leitura da carta de apoio à plenária para análise e aprovação. Segue o texto do
97 documento, na íntegra: “Aos(Às) Conselheiros(as) do Conselho Universitário (CU) e do Conselho de Ensino,
98 Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Assunto: Manifestação de apoio à
99 implementação de cotas para pessoas trans e travestis na Universidade Estadual de Londrina. O Conselho
100 Municipal dos Direitos das Mulheres de Londrina, no exercício de suas atribuições legais, vem, por meio
101 deste, manifestar apoio à implementação de políticas de cotas para pessoas trans e travestis no âmbito da
102 Universidade Estadual de Londrina (UEL), reconhecendo a relevância social, educacional e institucional do
103 debate atualmente em curso nas instâncias superiores desta Universidade. O CMDM reconhece que
104 pessoas trans - em especial mulheres trans e travestis - estão entre os grupos mais expostos a processos
105 históricos de exclusão social, evasão escolar, violência, precarização das condições de vida e restrição de
106 acesso a direitos fundamentais. Tais desigualdades produzem impactos concretos sobre as possibilidades
107 de acesso, permanência e desenvolvimento acadêmico dessa população nos espaços universitários. Nesse
108 sentido, compreendemos que a adoção de políticas afirmativas, incluindo a reserva de vagas para pessoas
109 trans e travestis, constitui importante instrumento de promoção da igualdade material e de
110 democratização do acesso à universidade pública, em consonância com os princípios constitucionais da
111 dignidade da pessoa humana, da não discriminação e da justiça social. O CMDM entende, ainda, que o
112 fortalecimento dessas políticas deve ser acompanhado de medidas institucionais mais amplas, voltadas à
113 garantia de permanência estudantil, acolhimento, enfrentamento à discriminação e promoção de
114 formação continuada sobre gênero, diversidade e direitos humanos no ambiente universitário. A ampliação
115 do acesso, por si só, não esgota os desafios enfrentados pela população trans e travesti nos espaços
116 acadêmicos, sendo fundamental a construção de condições efetivas de permanência. O Conselho reconhece
117 também a importância das contribuições construídas por movimentos sociais, coletivos e organizações da
118 sociedade civil que historicamente vêm promovendo o debate público acerca da diversidade e da garantia
119 de direitos da população trans e travesti em Londrina e em âmbito nacional. Dessa forma, o Conselho
120 Municipal dos Direitos das Mulheres de Londrina manifesta seu apoio à aprovação e implementação de
121 políticas de cotas para pessoas trans e travestis na Universidade Estadual de Londrina, bem como ao
122 desenvolvimento de ações institucionais voltadas à permanência e à promoção de um ambiente acadêmico
123 mais inclusivo e comprometido com os direitos humanos”. Feita a leitura, a plenária foi questionada se



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 130ª Reunião Ordinária

19 de maio de 2026

124 aprova o texto a ser enviado ou se propõe alterações. Carta aprovada sem votos contrários ou abstenções.

125 **9) Encaminhamentos da reunião da Comissão do CMDM com a Secretária da Mulher:** Sueli inicia com o

126 relato da reunião realizada com a Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Marisol Chiesa,

127 destacando a preocupação da Comissão com o quadro de recursos humanos da Secretaria, que ela

128 considera insuficiente e os impactos na prestação dos serviços às mulheres e na sobrecarga das servidoras.

129 Informou que foi informada que, à época da reunião, havia aproximadamente 35 mulheres aguardando

130 atendimento pelo Serviço Social, ressaltando que a complexidade dos casos exige acompanhamento

131 contínuo e diversos encaminhamentos, e que considera insuficiente o número de profissionais disponíveis,

132 situação que se agravará ainda mais em razão das recentes e iminentes aposentadorias. Na sequência,

133 Sueli mencionou que a Comissão também discutiu com a Secretária a necessidade de fortalecimento da

134 gestão da política pública para as mulheres, ressaltando a importância da participação da titular da pasta

135 nas reuniões do Conselho e da compreensão das especificidades da gestão pública, que é bem diversa da

136 gestão empresarial. Frisou, ainda, que solicitou informações acerca do processo para “transformação” de

137 cargos da SMPM e consequente contratação para essas vagas, mas que a tramitação do processo não

138 avançou até o momento na Prefeitura, não havendo uma definição concreta sobre a recomposição do

139 quadro de servidoras da SMPM. Sueli também registrou preocupação com a ausência de respostas aos

140 ofícios encaminhados pelo CMDM ao Gabinete do Prefeito, destacando a necessidade de observância dos

141 princípios da transparência e do respeito ao controle social, uma vez que o Conselho exerce função

142 institucional de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas. Diversas conselheiras manifestaram

143 apoio às considerações apresentadas, reforçando que o fortalecimento da Secretaria depende da

144 ampliação e recomposição de seu quadro de servidoras. Sueli avalia que o atual cenário representa o

145 maior esvaziamento da equipe técnica já observado, comprometendo o atendimento às mulheres em

146 situação de violência e a efetividade da política pública. Também foi sugerido que o CMDM atue

147 institucionalmente junto ao Poder Executivo e ao Legislativo em defesa da criação e reposição de cargos

148 necessários ao funcionamento adequado da Secretaria. Em resposta, a Secretária Marisol agradeceu as

149 manifestações e informou que acompanha a situação da equipe técnica desde o início de sua gestão.

150 Esclareceu que os processos de reposição de vagas na administração pública demandam trâmites

151 administrativos que impedem uma substituição imediata das servidoras aposentadas, mas afirmou que já

152 foram iniciados os procedimentos necessários para reposição das vagas existentes e que também estão

153 estudando alternativas e remanejamentos que garantam a continuidade e a qualidade dos atendimentos

154 enquanto são concluídos os trâmites administrativos para reposição das vagas decorrentes de

155 aposentadorias. Em relação aos ofícios encaminhados ao Gabinete do Prefeito, solicitou auxílio da

156 Assessora Amanda Degasperi, que se comprometeu a verificar a situação dos processos. Com relação à

157 demanda reprimida citada, esclareceu que já havia solicitado à equipe técnica do CAM estes dados e está

158 aguardando a resposta formal. Marisol reafirmou, por fim, seu compromisso com o fortalecimento da

159 Secretaria e informou que pretende ampliar sua participação nas reuniões do Conselho, destacando a

160 importância do diálogo permanente com o controle social. Na continuidade, as conselheiras reiteraram

161 que o CMDM permanece à disposição para apoiar institucionalmente a Secretaria na defesa da

162 recomposição do quadro de servidores, entendendo que o fortalecimento da estrutura administrativa é

163 condição essencial para garantir a qualidade do atendimento às mulheres e a efetivação das políticas

164 públicas no município. Como encaminhamento, a plenária deliberou que aguardará a resposta formal do



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 130ª Reunião Ordinária

19 de maio de 2026

165 Prefeito aos questionamentos do Conselho, no prazo de 15 dias. Após, não havendo resposta, o assunto
166 será encaminhado ao Ministério Público. **10) Balanço em saúde das mulheres e encaminhamentos para as**
167 **Conferências Municipais das Mulheres e da Saúde - Comissão de Saúde da Mulher**: Marselle explicou que
168 o Conselho Municipal de Saúde realizará as pré-conferências e a 16ª Conferência Municipal de Saúde no
169 mês de julho. Assim, frisa a importância de o Conselho levar suas demandas, especialmente as constantes
170 no Eixo 1 e 2 do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, para o evento. É preciso que a mulher seja
171 inserida no Plano Municipal de Saúde. Citou que, atualmente, no [Plano Municipal de Saúde em vigor](#),
172 podemos enxergar a população feminina na Diretriz 1, Objetivo 4 (Fortalecer a Atenção Primária em Saúde
173 com vistas ao cuidado integral das mulheres promovendo o bem-estar físico, emocional e social ao longo
174 de todas as fases da vida, e a redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero e sociais relacionadas à
175 saúde do indivíduo) e na Diretriz 5, Objetivo 1 (Promover a equidade e a efetividade da atenção à saúde,
176 assegurando que os diferentes grupos populacionais (como crianças, idosos, gestantes, pessoas com
177 deficiência, populações vulneráveis, entre outros) recebam cuidado contínuo, integral e de qualidade). Por
178 fim, foi informado que a Comissão de Saúde da Mulher pretende realizar outra reunião com a Secretária
179 Vivian Feijó a fim de verificar os avanços das demandas encaminhadas anteriormente. **11) Informes: a)**
180 **Participação das conselheiras nas pré-conferências**: Fernanda pede e ressalta a importância da
181 participação de todas e todos no dia da Conferência Municipal; **b) GT de Combate à Discriminação Étnico-**
182 **Racial do MP – Sueli/Thyara Kalahan**: Sueli informou que vinha representando o CMDM no Grupo de
183 Trabalho de Combate à Discriminação Étnico-Racial do Ministério Público. Contudo, considerando a
184 atuação e a experiência da conselheira Thyara na temática, sugeriu que esta passasse a exercer a
185 representação do Conselho no referido Grupo de Trabalho. A plenária manifestou concordância e aprovou
186 a indicação por unanimidade; **c) Participação da SMPM no volume 2 do livro digital Paraná Unido Pelas**
187 **Mulheres (SEMIPI), com o artigo “Sala da Mulher Empreendedora de Londrina: Autonomia e**
188 **Protagonismo Feminino”**: Rosângela comunicou a plenária que a Secretaria Municipal de Políticas para as
189 Mulheres de Londrina (SMPM) integra do Volume 2 do livro digital [Paraná Unido pelas Mulheres](#),
190 publicado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), com o artigo
191 “Sala da Mulher Empreendedora de Londrina: Autonomia e Protagonismo Feminino”. O artigo apresenta a
192 experiência da Sala da Mulher Empreendedora de Londrina, destacando as ações desenvolvidas para
193 fortalecer a autonomia econômica, o empreendedorismo e o protagonismo feminino, por meio de
194 orientação, capacitação e incentivo à geração de renda, bem como na perspectiva do empreendedorismo
195 como estratégia de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, visto que a autonomia
196 econômica da mulher contribui para que ela não permaneça em relacionamentos abusivos. A publicação
197 integra uma coletânea de iniciativas desenvolvidas por municípios paranaenses, evidenciando boas
198 práticas voltadas à promoção dos direitos das mulheres e ao fortalecimento de políticas públicas de
199 igualdade e desenvolvimento; **d) Ação Ônibus Lilás – 07/08/2026 – 20 anos da Lei Maria da Penha**: Por
200 fim, Rosângela informa que a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) realizará, no dia 7
201 de agosto, uma ação com o Ônibus Lilás em comemoração aos 20 anos da Lei Maria da Penha. Na
202 oportunidade, convida as(os) conselheiras(os) a participarem da atividade e estarem presentes nesse
203 importante momento de mobilização e fortalecimento das ações de enfrentamento à violência contra as
204 mulheres. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Fernanda Serenário, 1ª Secretária do
205 CMDM, lavro a presente ata. /////